

ATA DA 013ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon e Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Rodrigo Minotto, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, público que nos assiste, vou manifestar-me hoje sobre o Dia Internacional da Mulher.

(Passa a ler.)

"Neste domingo em que se comemora o Dia Internacional da Mulher vale lembrar que nas sociedades primitivas a mulher exercia seus direitos em pé de igualdade com os homens e um matriarcado determinava as relações familiares e sociais. Com o advento da modernidade, o desmoronamento do direito materno correspondeu à grande derrota do sexo feminino e a mulher

recolheu-se ao mundo doméstico, no qual a tarefa de reprodutora - seu maior trunfo - tornou-se seu mais pesado grilhão.

A partir daí, nos períodos do escravismo, feudalismo e capitalismo até os dias de hoje, a história da mulher tem sido a história de seu *apartheid* social e econômico.

No contexto do mundo globalizado, na década de 80, a chamada 'década perdida', as vultosas dívidas contraídas pelo Brasil com as corporações transnacionais, como o FMI e o Banco Mundial, trouxeram consequências devastadoras, que exigiram cortes cirúrgicos principalmente na educação e na saúde, fato que afetou agudamente as mulheres e restringiu seu acesso à política pública de qualidade.

Esse cenário revela a incapacidade do estado brasileiro e demais entes federativos de institucionalizar políticas públicas de representação pluralista, que assegurem, para além do reconhecimento, direitos iguais para homens e mulheres, consagrados pela Constituição de 1988, até porque, na prática, permanecem no campo da retórica e da linguagem.

Os baixos índices de empoderamento das mulheres nas mais diferentes atividades econômicas, quer na política, nos cargos de prestígio do setor produtivo e do setor governamental, nas universidades e nos sindicatos, é emblemática daquilo que chamamos de 'feminização da pobreza e do desemprego', em oposição à 'masculinização da apropriação da riqueza'.

O acesso das mulheres ao mercado de trabalho como um todo passa pelo fenômeno da segmentação ocupacional, conhecido como telhado de vidro, e significa o conjunto de barreiras ocultas e não explícitas que restringem a participação das mulheres no processo produtivo.

A partir dos anos 70, as mulheres entraram massivamente no mercado de trabalho até premidas pela necessidade de reforçar o orçamento doméstico, dado o contexto de estagnação econômica vivido pelo Brasil. Isso se deu, porém, em

posições secundárias e em ocupações de pouco prestígio.

A face mais sombria dessa nova força de trabalho se traduz na precarização das condições de trabalho, no perfil dessa trabalhadora sem escolaridade, nos baixos salários, no trabalho temporário e no trabalho informal.

É preciso reconhecer, no entanto, que a partir do governo Lula tivemos avanços. E podemos citar a criação da Secretaria Nacional dos Direitos da Mulher, a multiplicação das delegacias especiais de atendimento às mulheres, a aprovação da Lei Maria da Penha, as Conferências Nacional, Estaduais e Municipais para traçar diretrizes e outros marcos regulatórios que definem medidas protetivas que apontam novos caminhos para democratizar e ampliar o acesso qualificado ao mercado de trabalho sob uma nova ética, uma nova estética e uma nova cultura para o empoderamento coletivo das mulheres.

É preciso avançar na construção de um novo paradigma tencionado por reformas institucionais mais amplas, como a reforma política e econômica, e pensar em torno do multiculturalismo porque até agora nenhum modelo mostrou-se capaz de superar o quadro perverso das desvantagens econômicas e sociais que atinge as mulheres, especialmente grupos sociais raciais, sexuais, como as mulheres negras, as mulheres de baixa renda, homossexuais, trabalhadoras das fábricas, do campo, do comércio e do setor de serviços, da saúde e da educação.

A chave da leitura das políticas para as mulheres deve abrir a caixa de Pandora e avançar nas questões de raça e gênero, apontando na direção da politização das diferenças como instrumento de emancipação econômica, inscrevendo-as decididamente no processo de redistribuição de renda e inclusão produtiva e social.

Ainda que o percentual de ganho real maior para as mulheres no Brasil, segundo o ministério do Trabalho e Emprego, aponte uma tendência de retomada na curva ascensional do rendimento feminino em torno de 82,35% em todos os níveis de

escolaridade, a partir de 2013, ainda há um longo caminho a percorrer.

Em Santa Catarina a participação da mulher no mercado de trabalho vem crescendo lentamente em torno de 4,7% ao ano, nos últimos 26 anos. Ao longo de 2013, do total de 68.782 empregos formais criados no estado, 47% foram preenchidos por mulheres. Em contrapartida, a taxa de desemprego entre as mulheres é quase o dobro da verificada entre os homens.

Recentemente o ministério do Trabalho e Emprego equiparou os direitos dos trabalhadores domésticos aos trabalhadores formais, que passam a ter direito a salário mínimo, a férias proporcionais, a hora extra e à jornada de trabalho, dentre outros direitos, como política pública de inclusão, proteção social e trabalho decente.

Se for verdade que as mulheres vêm exercendo seu protagonismo com maior vigor na participação econômica do país e de Santa Catarina, o nosso estado vem falhando em bem servir as mulheres na execução de políticas públicas, projetos, programas e ações que contemplem esse universo. Por que o governo do estado vem ignorando a importância da mulher no desenvolvimento do estado? É preciso oferecer oportunidades de acesso a cursos de qualificação profissional para as mulheres, implantando ações que incentivem a igualdade salarial entre homens e mulheres. É preciso criar programas de apoio a mulheres empreendedoras, especialmente de economia solidária, além de oferecer linhas de microcrédito produtivo e assistência financeira. É preciso que o governo amplie os equipamentos sociais de atendimento e proteção à mulher.

Ao finalizar, quero parabenizar as mulheres catarinenses e brasileiras pelo Dia Internacional da Mulher, a ser comemorado no próximo domingo, dia 8 de março, assumindo o compromisso da defesa intransigente dos direitos sociais e trabalhistas e da ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho em igualdade de condições."

Em nome da coordenadora do Plenário, Cleo, quero cumprimentar todas as servidoras desta Casa, que nos têm atendido com muito carinho e amor. Quero também cumprimentar minha mãe, minha esposa, minhas filhas, Ana Carolina e Maria Luiza, assim como todas as mulheres do nosso estado.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento, no qual fez uma homenagem merecida às mulheres do mundo inteiro. Quero fazer do seu discurso, o meu discurso.

Gostaria ainda de deixar aqui os meus cumprimentos a todas as mulheres que estão-nos assistindo neste momento.

Parabéns, deputado, pelo brilhante discurso e parabéns a todas as mulheres.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Gostaria de registrar que recebi a visita do filho do ex-deputado Idelvino Furlanetto, meu amigo particular Gilson Furlanetto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Gostaria, em nome da Presidência de cumprimentar todas as mulheres catarinenses pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos acompanha, ontem ouvimos dois discursos, um do deputado Valmir Comin e outro do deputado Kennedy Nunes, que mostraram sua insatisfação com a insegurança jurídica, as altas taxas de juros, o aumento do preço dos combustíveis, enfim, com

inúmeras situações relacionadas ao desenvolvimento econômico e sustentável do país.

Também relatamos atos de vandalismo e terrorismo em Criciúma, e a Polícia Civil e Militar estão numa reunião de emergência tentando equacionar a situação. Vimos falando de notícias que não eram boas para o cenário tanto nacional como estadual, mas neste momento quero falar de um setor muito importante para Santa Catarina, o setor cerâmico.

Quero fazer um registro especial ao sr. Edson Gaidzinski Júnior, o popular Cabeção, que ontem à noite foi eleito, por unanimidade, presidente da Anfacer para mais um mandato de um ano, durante a Expo Revestir, a maior feira cerâmica da América Latina. Ele é um grande amigo do deputado João Amin, formado em Administração pela UFSC e presidente da Eliane Revestimentos Cerâmicos.

O Sr. Deputado João Amin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado João Amin - Quero corroborar com v.exa., parabenizando o popular Cabeça, Edson Gaidzinski, grande amigo, desejando-lhe sucesso profissional. Trata-se de um empresário de família tradicional, que realmente vai honrar a entidade. E, por parte da Assembleia, desejamos sucesso na função.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Edson Gaidzinski é diretor-presidente da Eliane Revestimentos Cerâmicos, cuja matriz fica em Cocal do Sul, no sul de Santa Catarina, empresa que começou as atividades em 1960 e hoje possui mais de 15 mil pontos de venda em todo o Brasil. A marca também está presente em mais de 80 países da América do Sul, América do Norte, Europa, África e Oceania, firmando-se como maior exportadora de revestimentos cerâmicos do Brasil. Sua produção é de 36 milhões de m² por ano.

O reforço à união do setor cerâmico nacional em prol do coletivo é a principal bandeira do presidente reeleito. O setor brasileiro de revestimentos cerâmicos é constituído por 93

empresas, com maior concentração nas regiões sudeste e sul e em expansão no nordeste do país.

O segmento produtivo da cerâmica é também um grande gerador de empregos, com mais de 25 mil postos de trabalho diretos e em torno de 200 mil indiretos, ao longo de sua cadeia produtiva.

Somente em 2013, o Brasil exportou para 115 países, totalizando 63,3 milhões de metros quadrados, o equivalente a uma receita de US\$ 279,8 milhões, tendo como principais destinos a América do Sul, a América Central, a América do Norte, o Caribe e a Europa.

Com esse breve resumo já se pode ter uma ideia da importância do setor cerâmico para o nosso país, através de empresas como a Cecrisa, a Elizabeth, a Itagres, a Angelgres, a Ceusa e a Portobello, empresas importantes que dignificam e elevam a qualidade do produto catarinense no país e no mundo.

Por isso, deputado Kennedy Nunes, v.exa. que ontem fez um relato referente ao consumo de energia e à insegurança jurídica do país, é importante salientar que apesar de todas as dificuldades nosso estado possui empresários de valor que trabalham e prosperam mesmo diante de tantas adversidades.

Eu gostaria de tecer ainda um comentário, deputado Silvio Dreveck, em relação a Edson Gaidzinski Júnior. Ele pertence à terceira geração da família e com 22 anos, sem espaço para trabalhar na empresa da família, foi para os Estados Unidos, onde trabalhou como representante da maior empresa italiana do setor, conseguindo realizar um belo trabalho.

A Cerâmica Eliane havia profissionalizado sua gestão, mas apesar disso a sua saúde financeira não estava bem, apesar de o mercado estar favorável em virtude da alta cotação do dólar.

Há sete anos, a família resolveu, então, chamá-lo de volta dos Estados Unidos, entregando-lhe a presidência do grupo, que hoje está consolidado, com suas dívidas a curto, médio e longo prazo equacionadas. Além disso, está em

curso um plano de expansão na cidade de Criciúma e na Bahia, na unidade 2.

Nós, que somos de Criciúma, ficamos muito dignificados pelo fato do setor cerâmico catarinense estar representado por esse homem que este ano ganhou da revista *Mundo Cerâmico* o Prêmio Ceramista do Ano. Ontem a Cerâmica Eliana recebeu também, na Expo Revestir, o Prêmio Top Marca-2015, o que bem demonstrada a guinada que a gestão familiar deu a esse importante grupo empresarial.

Aproveito o ensejo do discurso do deputado Rodrigo Minotto, que fez uma bela alocução relativa à importância da mulher na vida brasileira, para cumprimentar minha mãe, Volnete Cardoso, e minha esposa, Lisiane Rodrigues, cumprimentando ainda, em nome das duas, todas as mulheres desta Casa que nos ajudam e nos dão o suporte necessário para desenvolvemos nosso mandato.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Gean Loureiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, uso a tribuna na tarde desta terça-feira para fazer um breve relato, por solicitação dos membros da comissão de Turismo e Meio Ambiente, das atividades lá realizadas. A comissão entendeu que não deveria ter uma atuação de simples análise dos projetos de lei que por ela tramitam, mas que deveria agir proativamente, indo ao encontro das discussões sociais sobre turismo e meio ambiente.

Apresentarei a v.exas. alguns dos focos definidos pela nossa comissão, aos quais os seus integrantes estão-se dedicando com muito afinco. Contamos com a experiência do deputado Neodi Saretta, que já a presidiu; com o deputado Maurício Eskudlark, que recentemente ingressou na comissão; e com os novos deputados Cesar Valduga, Gabriel Ribeiro e Ricardo Guidi, que vêm trabalhando com muita vontade sobre novas temáticas.

Uma das metas definidas é a atualização da legislação referente ao tema. Hoje temos um arcabouço de leis aprovadas por esta Casa, muitas das quais já caíram em desuso ou que nunca foram aplicadas. Há leis que não foram modernizadas, aperfeiçoadas e por isso a comissão definiu compor um grupo técnico formado pelos deputados que desejarem participar e que contará com uma assessoria técnica da Casa e com especialistas do setor para analisar e aperfeiçoar a legislação catarinense referente ao tema em questão.

O segundo foco definido foi o de acompanhar permanentemente as atividades realizadas pelo Poder Executivo, exercendo o nosso papel fiscalizador, mas, muito mais do que isso, cooperando com vistas à busca de soluções.

A sociedade não está esperando apenas a crítica pela crítica, mas a apresentação de propostas conjuntas que visem à solução dos problemas.

A nossa principal função, deputado Silvio Dreveck, prezado líder do governo, é legislar, mas temos também a responsabilidade de governar em conjunto com o Poder Executivo, discordando daquilo que acreditamos haver outro caminho, mas acompanhando o trabalho de cada secretaria, tornando o Parlamento mais proativo no processo de gerir a coisa pública.

Diante disso, a comissão participou, no dia de ontem, de uma reunião na secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, no sentido de realizar visitas conjuntas às mais diversas regiões do estado, com o intuito de debater as questões que afligem os catarinenses e que podem ser equacionadas em conjunto com a Santur, com a secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável e com a Fatma.

Por isso, trago o relato juntamente com os deputados Gabriel Ribeiro, Ricardo Guidi, vice-presidente da comissão, Cesar Valduga, João Amin e Natalino Lázare. Necessário salientar que na oportunidade conhecemos um pouco mais as propostas que a secretaria de Turismo tem para este mandato.

A reunião durou mais de duas horas, tempo necessário para debater cada demanda da secretaria de Turismo, Cultura e Esporte. E lá chegamos a algumas conclusões, dentre elas a oportunidade de ter uma assessoria acompanhando o trabalho da comissão para que a comunicação aconteça com mais velocidade e brevidade. Mais do que isso, uma oportunidade para que a comissão de Turismo seja o local de apresentação, deputado Silvio Dreveck, dos resultados obtidos com a Operação Veraneio, a fim de que durante todo o ano possamos intensificar aquelas ações que tenham dado resultados positivos e corrigir outras que precisem ser aperfeiçoadas. Acredito que esse papel conjunto trará um resultado ainda maior.

Na próxima quarta-feira, dia 11 - e desde já faço um convite a todos os srs. deputados -, o deputado Carlos Chiodini, que é o secretário do Desenvolvimento Econômico Sustentável, estará na Assembleia Legislativa, mais especificamente na comissão de Meio Ambiente, juntamente com o dr. Alexandre Waltrick, que é o presidente da Fatma, apresentando a política e as ações propriamente ditas do governo do estado nessa área. São dois temas de grande importância, Turismo e Meio Ambiente, temas que se comunicam e não temos como desassociá-los. Há necessidade de agilidade, e o deputado Gabriel Ribeiro colocou muito bem, de desburocratizar o Seitec (Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte), aperfeiçoando-o. E esta Casa poderá atuar de maneira conjunta.

Então, quero deixar aqui o registro de que acredito que iniciamos de maneira positiva uma relação junto ao secretário Filipe Mello, que deverá ficar cada vez mais próxima, isso, obviamente, não impedindo que cada parlamentar tenha o seu ponto de vista, apresente suas críticas, suas sugestões, exercendo a sua função precípua na Assembleia Legislativa.

Trago aqui o convite do secretário a todos os deputados, para que no dia 13 de março, próxima sexta-feira, a partir das 9h, participem, no auditório da secretaria, de uma reunião técnica

com todas as instâncias de governo e com todas as regiões do estado, ocasião em que serão definidas as ações do Programa de Regionalização do Turismo de Santa Catarina.

Nós acreditamos, e no debate isso ficou claro, que é importante desenvolver ações concretas em cada região. Nesse sentido, faço um convite a todos para participarem. Acredito que se nós interagirmos cada vez mais, vamos poder ajudar o governo do estado a executar melhor as ações na área de turismo e meio ambiente.

Agradeço aos deputados que lá estiveram presentes e acredito que com isso nós também assumimos uma responsabilidade além de termos a porta aberta para colaborar. A nossa intenção efetiva é de realizar esse trabalho.

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - Deputado, parabênzo v.exa. pelo trabalho que vem fazendo à frente da comissão de Turismo e Meio Ambiente, pois desde o início já ficou claro que será uma comissão bastante atuante. Parabênzo também os demais deputados e, em especial, o secretário de Turismo do estado, Filipe Mello, pelo trabalho que vem desenvolvendo à frente daquela pasta. Ontem o jovem secretário demonstrou para toda a comissão de Turismo da Assembleia Legislativa o seu amplo conhecimento e domínio dos trabalhos que vem desenvolvendo.

Realmente hoje estamos planejando o turismo em Santa Catarina. Somos o melhor destino turístico do Brasil nos últimos anos. Perdemos esse *status* no último ano, mas, na verdade, o Rio de Janeiro subiu de posição em razão da Copa do Mundo. Vamos resgatar esse *status* neste ano. Não temos dúvida disso. Mas agora de uma maneira concreta e organizada.

O secretário Filipe nos passou muitas informações. Realmente a segmentação do turismo, a regionalização do turismo em Santa Catarina e a criação de um calendário de eventos para termos fluxo turístico ao longo de todo o ano vem

acabando com o que acontecia no passado, quando era uma atividade apenas sazonal.

Então, queremos agradecer a recepção do secretário de Turismo e parabenizar v.exa. pela condução dos trabalhos à frente da comissão de Turismo desta Casa.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Muito obrigado, deputado Gabriel Ribeiro. O importante é que o secretário deu abertura para que Assembleia Legislativa participe de cada ação, inclusive fazendo sugestões.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Cumprimento v.exa. pela iniciativa. Estive presente à reunião, tive o privilégio de ser convidado. Apenas quero reafirmar aquilo que o deputado Gabriel Ribeiro afirmou há pouco, ou seja, que o secretário Filipe Mello demonstrou segurança, tem perfil técnico e ao mesmo tempo perfil político para o diálogo.

Então, foi feliz o governador Raimundo Colombo na escolha e parabenizo-o por isso.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Muito obrigado, deputado Natalino Lázare. Devo dizer...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Peço a compreensão de v.exa., deputado Gean Loureiro.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dr. Vicente Caropreso, por até dez minutos, em virtude de um amplo acordo entre os nobres parlamentares.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, nunca é demais falar sobre o problema que temos enfrentado nesses últimos tempos, que é a dengue. Santa Catarina registrou um aumento de 338% no número de casos de dengue entre os meses de fevereiro e março de 2015. Isso é muita coisa! A cidade de Itajaí está batendo recordes tanto em focos do mosquito como em número de casos. São muitos os casos, passam de

400, e a grande maioria teve origem em Santa Catarina, o que preocupa sobremaneira as autoridades e a população.

Esse surto epidêmico vem sendo acompanhado de maneira profissional com o apoio da Dive - Divisão de Vigilância Epidemiológica - da secretaria do estado da Saúde, que tem feito todo o esforço para treinar pessoal e mobilizar os secretários municipais de Saúde para o combate à doença e, principalmente, para a sua prevenção.

Então, simples atitudes como a de evitar água empoçada, que é onde o mosquito procria, são muito importantes e devem ser estimuladas em todos os cantos de Santa Catarina. Sabemos que a dengue em alguns casos pode ser grave, é o caso da dengue hemorrágica, o que, felizmente, ainda não ocorreu no nosso estado.

Devemos louvar, por exemplo, a atitude do prefeito de Blumenau, Napoleão Bernardes, que há algumas semanas, após ser alertado para o problema, tomou medidas amplas, motivou sua equipe de trabalho da área da saúde e está conseguindo conter o avanço da doença. Já em Itajaí, que dista poucos quilômetros de Blumenau, muitas são as pessoas que trafegam de um lado para outro, e podem levar o *Aedes Aegypti* para todos os cantos do estado, principalmente para as regiões mais próximas.

Então, há que se pensar, inclusive, deputada Ana Paula Lima, em trazer o responsável pela Dive à comissão de Saúde desta Casa, para que possamos, através de um contato mais direto, saber o que a Assembleia Legislativa, os 40 deputados, podem fazer para ajudar na resolução desse problema, que por enquanto está sob controle, apesar do surto na cidade de Itajaí.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Parabenizo v.exa. por levantar este assunto. Realmente, Itajaí é a cidade de Santa Catarina que tem o maior número de casos de dengue. Certamente tem a

ver com o porto, com a BR-101, com a questão urbana, pois as casas não têm espaço suficiente entre uma e outra, as paredes são fechadas nas laterais, os terrenos são muito estreitos e isso tudo faz com que haja dificuldade na circulação de ar para secar as poças d'água.

Mas gostaria de chamar a atenção com relação à responsabilidade que todos temos, mais precisamente o estado e o município de Itajaí. Aquele não é o maior município de Santa Catarina, mas é o que recebe o maior retorno de ICMS. Cidades como Brusque e Joinville recebem em torno de R\$ 700,00 por habitante/ano de retorno de ICMS; Criciúma recebe R\$ 450,00; Tubarão, R\$ 500,00; Lages, R\$ 380,00 e Itajaí, R\$ 1.758,00 por habitante/ano. No entanto, esse volume de recursos não se está transformando em ações por parte do município para conter a epidemia dengue. Assim como a doença chegou lá pelos fatores que falei, certamente pode espalhar-se pelo estado inteiro.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Precisamos alertar para o fato de que o controle da dengue não precisa de aparelho de ressonância, de tomografia, de grandes exames, precisa da ação efetiva das autoridades sanitárias, no sentido de fazer com que o alerta chegue tanto à dona de casa, como ao dono de empresa, a fim de que o *Aedes Aegypti* não tenha condições de se proliferar.

Então, estamos diante da possibilidade de uma epidemia no estado e se dermos alguma bobeadada coisa vai pegar, os prejuízos e os riscos serão maiores para a saúde pública do catarinense.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Ouço V.Exa.!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Nobre deputado, v.exa. já demonstrou a mesma preocupação em outras oportunidades nesta Casa e continua insistindo em função da gravidade do assunto.

Acho que a secretaria da Saúde do estado de Santa Catarina deveria reunir todos os municípios

e trabalhar na questão da fiscalização, não apenas da água que fica alojada nos pneus ou no fundo de um vaso de flores, pois existem alvos mais graves. Quem sobrevoa uma cidade de helicóptero, como Balneário Camboriú, por exemplo, vê inúmeras caixas d'água abertas, sem tampa, piscinas abandonadas, porque muitos turistas do nosso litoral só vêm duas ou três vezes por ano e as coberturas ficam expostas.

Então, tem que haver um trabalho muito grande por parte da secretaria para fiscalizar a cobertura das edificações. Eu mesmo fui conhecer um apartamento em Florianópolis e lá havia uma pequena piscina que estava com problemas seriíssimos. Imediatamente comuniquei o caso à Saúde do município.

É preciso que haja não só conscientização, como também fiscalização rigorosa por parte do estado juntamente com as secretarias municipais.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Obrigado, deputado, mas o que chama a atenção em Santa Catarina é que os dois polos, o polo leste, do litoral, e o polo oeste, têm apresentado um número significativo de focos de mosquitos transmissores da dengue. Contudo, a doença está muito mais presente no litoral.

Então, realmente a Vigilância Epidemiológica tem que se desdobrar, fazer um verdadeiro mutirão, talvez até causar certa comoção social, a fim de tentar convencer as autoridades sanitárias municipais a tomar providências imediatas.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Agradeço, deputado, e parabéns pela fala e pelo assunto apresentado da tribuna.

Lembro de que em 2013 foram realizadas várias audiências públicas e um dos temas Debatidos foi este. À ocasião os técnicos chamaram a atenção de que poderia haver uma epidemia de dengue no estado e que seria necessário um amplo trabalho preventivo para que isso não acontecesse.

Na época, não se deu o valor devido ao assunto e hoje estamos justamente com essa situação no estado, inclusive na região oeste, que tradicionalmente não havia esse problema.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Obrigado, deputado.

Eu acredito que a comissão de Saúde vai ter que solicitar a presença de alguma autoridade da Vigilância Epidemiológica, para que possamos realmente ter um tête-à-tête com relação à situação e, quem sabe, ajudar de alguma maneira na sua solução.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - De conformidade com o art. 103 do Regimento Interno, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Antes de passar a palavra ao deputado Cesar Valduga, quero aproveitar para registrar a presença do vereador Márcio de Souza, de Florianópolis, e dos demais vereadores. Sejam todos bem-vindos ao plenário e a esta Casa do Povo.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Valduga, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente, srs. deputados, hoje me pronunciarei sobre a educação.

(Passa a ler.)

"Estivemos acompanhando a mobilização dos professores e professoras na semana passada e nesta semana. Na última assembleia da categoria, na terça-feira, os professores deliberaram pelo estado de greve até o dia 10 de março e greve por tempo indeterminado a partir dessa data, se não forem atendidos em suas reivindicações. Os professores pedem a rejeição da Medida Provisória n. 198, que fixa o vencimento dos professores temporários no estado. A categoria estabeleceu esse prazo para negociar com o governo a respeito

da carreira e se coloca à disposição para o estabelecimento de uma mesa de negociação.

Acreditamos, srs. deputados e sras. deputadas, que os recursos aplicados na educação representam um investimento e não uma despesa. Não podemos pensar em economizar com educação, prejudicando a categoria. Essa medida provisória retira direitos dos professores e professoras. Eu, que vim dos movimentos sociais, sei o quanto os trabalhadores precisam lutar por melhores condições de trabalho e melhores salários.

Além disso, desvincular os professores ACTs da categoria cria problemas nas escolas. Segundo o Sinte, retirar a regência de classe vai diminuir em 25% a remuneração dos professores ACTs. E esta é uma das reivindicações: que seja mantida a regência de classe para todos.

Segundo a MP o valor da regência de classe não será perdido, mas incorporado ao salário. Em Chapecó, cidade de onde venho, tivemos uma situação semelhante, ou seja, a de incorporar gratificações aos salários e o resultado final foi perda salarial para os professores.

Outra questão diz respeito à não utilização da Tabela de Referência de Vencimentos do Magistério Estadual no cálculo dos salários dos ACTs, usada atualmente. A MP n. 198 não prevê a utilização dessa tabela. Isso cria duas carreiras diferentes dentro de uma só.

Concordamos que os profissionais são contratados de formas diferentes. Os ACTs têm um processo simplificado na contratação, mas a função desempenhada é a mesma: todos, tanto efetivos como ACTs, são responsáveis pela educação das nossas crianças e adolescentes e merecem o mesmo reconhecimento e valorização.

O terceiro ponto é a alteração na forma de contratação dos ACTs. Segundo o Sinte, antes da MP os temporários eram contratados por módulos de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais de trabalho. Com a medida, eles passam a ser admitidos por hora trabalhada, o que também tende a impactar negativamente os vencimentos.

Srs. deputados e sras. deputadas, também sabemos que a admissão de professores em caráter temporário serve para atender situações emergenciais. Pela menos é o que preconiza a legislação federal. Pela MP isso justifica o desligamento dos ACTs do plano de carreira de titular de cargo do magistério.

Mas analisemos: os ACTs devem ser contratados em caráter emergencial. Não temos os números exatos de 2015 ainda, mas em dezembro de 2014 havia mais professores ACTs do que professores efetivos. Em dezembro de 2014 havia 16.547 professores efetivos em atuação no estado de Santa Catarina. Os outros 19.582 professores que estavam em atuação eram ACTs! Isso nos mostra que faltam professores em nosso estado.

É nesse sentido, sr. presidente, que vejo importante a decisão do governo do estado de congelar a medida provisória, para que possamos debater melhor com a categoria. Quero parabenizar o governo do estado, que segurou a MP para buscar um entendimento com essa importante classe, que é responsável pela educação dos nossos filhos e pelo futuro do nosso país."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação de v.exa. e convido agora a Frente Renovação, formada pelo PSB, PR e PPS, para se pronunciar pelo tempo de sete minutos.

(Pausa)

Não havendo deputado da Frente Renovação que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSD que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rodrigo Minotto.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, gostaria de registrar e agradecer a presença do prefeito de Nova Veneza e do vereador Banha, de Araranguá. Sejam bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Fica registrada a presença dos visitantes do sul do estado, região que v.exa. representa.

Com a palavra, por cinco minutos, dentro do horário dos Partidos Políticos, o eminente deputado Dirceu Dresch, para suas manifestações.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, presidente, obrigado por esta oportunidade de poder estar aqui, mais uma vez, para deixar uma mensagem em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores.

É com muita alegria que hoje recebemos lideranças de todo o estado para o encontro da Uvesc e em nome da nossa bancada queremos cumprimentar a todos que nos visitam.

Hoje pela manhã tomei um chimarrão em meu gabinete com os vereadores do meu município, Saudades, que estão aqui para esse encontro. Vereadores do Partido dos Trabalhadores, vereadores do Partido Progressista, dos municípios de Lebon Régis, de Tunápolis e outros tantos, visitaram-nos nos últimos dias.

Queremos, no início da nossa fala, prezada líder, deputada Luciane Carminatti, expressar os nossos cumprimentos, dar os nossos parabéns e deixar registrado o nosso reconhecimento a todas as mulheres catarinenses e brasileiras, já que hoje, dia 8 de março, é o Dia Internacional da Mulher. Este é um dia de comemoração, mas também de reconhecimento da história de luta das mulheres brasileiras.

Em nome do nosso partido, que tem no cargo máximo do país uma mulher, apresento desta tribuna o nosso reconhecimento à importância da mulher brasileira. Foi o PT quem pela primeira vez levou uma mulher à Presidência da República uma valorosa mulher, que vem fazendo profundas transformações

em nosso país. É especialmente a mulher que sofre quando seu filho passa fome, por isso estamos muito felizes por participar de um governo que há 12 anos vem diminuindo a miséria do povo brasileiro.

Então, este dia 8 de março é comemorado com muita grandeza, com grandes debates pelo estado e pelo país afora, pois as mulheres têm, sim, um grande desafio. O nosso partido tem discutindo isso e já construiu internamente a paridade de gênero e agora quer avançar na reforma política, com a igualdade de participação também.

O sindicalismo, os movimentos sociais e as organizações já vêm avançando muito no sentido de construir não só o discurso, que é fácil, mas a prática diária, buscando viver a democracia participativa também com as mulheres.

Parabéns a todas que lutam, que lutaram e que estão iniciando sua caminhada! Parabéns às jovens mulheres e àquelas que já construíram a história do nosso país, do nosso planeta. Um grande abraço a todas!

Nosso cumprimento especial às mulheres da nossa bancada: nossa líder, deputada Luciane Carminatti, e deputada Ana Paula Lima. Parabéns também às demais mulheres que fazem parte deste Parlamento.

Volto hoje à tribuna para fazer referência a um material que a nossa bancada está produzindo e com muito orgulho apresentá-lo a todos os catarinenses. Esse material se refere à nossa luta pela Petrobras.

Comentei, no dia de ontem, na minha fala nesta tribuna que vamos lutar com unhas e dentes pela maior empresa brasileira. Como diz o nosso ex-presidente Lula, se querem guerrear, nós sabemos guerrear. E vamos lutar com muita força para manter tanto a empresa como o petróleo nas mãos dos brasileiros. Não vamos permitir que ocorra o que aconteceu com o nosso minério, ou seja, o que aconteceu com a Vale do Rio Doce. É isso que eles querem fazer com o nosso petróleo. Devemos apurar a corrupção, sim, mas não podemos

deixar que destruam a Petrobras e não permitiremos que peguem o petróleo que é do povo brasileiro.

Por isso vamos explicar muito bem a todos os catarinenses o que está em jogo, qual a questão de fundo no caso da Petrobras. Vamos apurar o que precisa ser apurado, mas a verdade é que a corrupção vem de décadas, como diz um empresário do PSDB. Desde 1970 ele tentou participar de uma licitação na Petrobras e não conseguiu. Tentou novamente em 1980 e percebeu que só ganhava quem pagasse um passe. E disse mais, que na França e em outros países todos sabiam muito bem que a cada barril de petróleo que o Brasil importava tinha que haver um passe especial.

Há uma história bíblica sobre que um moço que, há mais de 2000 anos, percebendo que algumas pessoas queriam apedrejar uma mulher, disse que aquele que não tivesse culpa, que não tivesse cometido nenhum erro, que não tivesse pecado, atirasse a primeira pedra.

Quero alertar para essa lista que está para ser publicada com o nome dos políticos envolvidos no escândalo dos trens em São Paulo. Quero lembrar todos para o problema da água no mesmo estado. Pergunto ainda o seguinte: onde está o tal Demóstenes Torres, que se intitulava o paladino da moralidade?

Então, precisamos avançar no combate à corrupção. Agora, não me venham com o debate de que os militares têm que voltar a governar o Brasil para moralizar a administração pública. A sociedade brasileira tem que construir paulatinamente as mudanças e as transformações necessárias ao país, inclusive na Petrobras.

Este é um bom momento para fazer uma grande reflexão, para fazer a reforma política, para continuarmos avançando no sentido de melhorar a vida do povo. Este é o nosso grande objetivo na política: estar a serviço da população, para melhorar a vida das pessoas. Esse é o nosso maior desafio!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados e catarinenses que acompanham esta sessão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, gostaria de aproveitar o gancho do pronunciamento do deputado Dirceu Dresch, que disse que ninguém pode atirar a primeira pedra. E citou uma parábola de Jesus.

Somente para esclarecer a quem nos ouve, a história é a seguinte: uma mulher foi pega em flagrante delito, e havia uma lei que dizia que ela deveria morrer apedrejada. Foi aí Jesus disse: "Aquele que não tiver pecado, atire a primeira pedra". Neste momento todos foram embora. Jesus então falou: "Mulher, se ninguém te condenou, também não te condeno. Vai e não peca mais".

Isso é interessante. Mas agora há a lei, há quem foi pego em flagrante delito. Então, achar que é a mesma coisa, não é. Lá ninguém condenou, mas aqui o Brasil inteiro está condenando. Então, tem que ser aplicada a lei.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Deputado Kennedy Nunes, além disso, estão repetindo a dose, porque primeiro foi o "mensalão" e agora é o "petrolão".

Quero iniciar a minha fala também pegando um gancho no discurso do deputado Dirceu Dresch, que se reportou à crise hídrica de São Paulo. Recordo-me de que na propaganda eleitoral da candidata Dilma Rousseff apareciam veladas críticas à administração de Geraldo Alckmin, no sentido de que não teria dado a devida atenção ao problema da falta de abastecimento d'água na Grande São Paulo. Contudo, o governo federal escondeu que além de São Paulo, também o Rio de Janeiro, Minas Gerais, o Mato Grosso e vários estados da federação

brasileira tinham sérios problemas em relação à questão hídrica.

O que ficou claro com isso? Que o governo federal, infelizmente, virou as costas para o planejamento neste país, no sentido de fazer com que os problemas sejam detectados dez, 20 anos antes de ocorrerem. O governo é imediatista. Quando há um problema, destina recurso para resolvê-lo momentaneamente. Está aí o exemplo da paralisação dos caminhoneiros. Estava lógico que isso iria acontecer em algum momento. Onde estão os investimentos do governo federal em Santa Catarina? A BR-282, no trecho de Joaçaba a São Miguel d'Oeste, tem que ser duplicada. Mas em vez de duplicar, o governo federal faz constantes remendos, através do trabalho de empresas que às vezes não têm capacidade técnica para tampar um buraco. E aí o que faz? Aumenta o custo de manutenção do caminhão, aumenta os pedágios, aumenta o preço do óleo diesel e a casa cai. Ora, o caminhoneiro tem que reagir. E a reação vem em cadeia: o setor produtivo sofre muito e a população sofre no bolso.

Ontem os jornais noticiaram o aumento do preço do dólar. Desde 2004 o dólar não aumentava tanto neste país. O dólar turismo chegou a R\$ 3,30. Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República a inflação era de 80% ao ano; quando entregou a faixa a Lula, ela estava em apenas 7%. Doze anos depois, deveríamos estar com uma inflação em torno de 1% ou 2%, mas estamos com a mesma taxa do final do governo de FHC. Onde está o avanço na diminuição da inflação nesses últimos 12 anos no país? Não ocorreu! Infelizmente, não ocorreu!

Olha, lembrem-se do que disse o homem que cuida do cofre no dia 19 de outubro do ano passado? Disse que quebraria a cara quem apostasse na alta do dólar. Passaram-se quatro meses somente e o dólar atingiu o maior valor desde 2004!

Tem mais! Vejam que planejamento é esse que o governo federal faz para o Brasil. Durante cinco anos o governo federal induziu as indústrias a produzirem a chamada linha branca e estimulou o

trabalhador brasileiro a correr às lojas para comprar geladeira, ar-condicionado, lavadora de louça, de roupa, etc. Agora, contudo, pede ao mesmo trabalhador que desligue os aparelhos que comprou: o ar-condicionado, a lavadora de louça, a lavadora de roupa, o ferro de passa roupa para economizar na conta da energia elétrica.

Deputado Kennedy Nunes, não sei o que é isso! Estimula, estimula, estimula e depois corta. O seu João, o seu Pedro e a dona Maria que foram às lojas e compraram seus aparelhos elétricos, agora precisam desligá-los para economizar na conta de luz.

Sr. presidente, quero pegar mais um gancho no discurso do deputado Dirceu Dresch, que falou, ainda esta semana, da tribuna, sobre a falta de água nos lagos. A usina de Machadinho, em Piratuba, nunca produziu tanta energia como neste janeiro. O que faltou foi investimento em novas plantas de geração de energia. O que faltou foi investimento na construção de novas hidrelétricas. Não fizeram planejamento, são imediatistas, essa é a razão fundamental pela qual o povo brasileiro está sofrendo hoje.

De cada 50 brasileiros que comprou carro, deputado Kennedy Nunes, três já o estão devolvendo. Estão ocorrendo leilões diários para venda de 250 carros apreendidos por falta de pagamento aos bancos. Estimularam o trabalhador a comprar carro financiado, mas ele agora não tem mais condições de pagar. Com isso, o banco toma o veículo, que vai a leilão.

A mesma coisa acontece com as prefeituras municipais. Santa Catarina é um estado onde predomina o pequeno e o médio município. Há prefeitos que ganharam da administração federal três patrolas, mas não têm operador para as três, somente para uma. Com isso, duas ficam paradas! E mais, o prefeito diz assim: "Deputado, eu tenho três patrolas, mas não tenho dinheiro para custear o óleo diesel"! É claro, deputado Leonel Pavan, porque o FPM de janeiro diminuiu 25%; o de fevereiro, mais 8%; e o de março vai cair também.

Então, não estou aqui fazendo a crítica pela crítica. Estou dizendo que o Brasil merece um governo que planeje, deputada Luciane Carminatti, que o Brasil merece um governo que pense no futuro! Infelizmente, hoje o governo está descontentando todo mundo.

É verdade que o presidente Lula fez algumas coisas boas e uma delas foi justamente dar continuidade aos programas sociais implantados pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Agora, a deputada Luciane Carminatti se esqueceu de dizer ontem que a presidente Dilma Rousseff tirou R\$ 7 bilhões das universidades federais e que o resultado disso já está sendo sentido em Santa Catarina: os jornais noticiaram que antes da reabertura do ano letivo na UFSC, o crime já voltou ao *campus*. Quem entra no Hospital Universitário percebe o caos. Aliás, quem entra em qualquer HU deste país vê que a situação é de caos.

Eu quero, para completar o meu pronunciamento, dizer que não é uma questão de fazer crítica pela crítica. Trata-se de uma constatação. Infelizmente, o Brasil está doente. Não deram o remédio na hora certa, por isso estamos na situação em que nos encontramos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Primeiramente, presidente, quero sugerir ao deputado Marcos Vieira que procure no portal do governo federal o Programa de Aceleração do Crescimento. No PAC I e no PAC II constam obras estratégicas de infraestrutura. Ontem mesmo eu comentava sobre a inauguração do maior parque eólico da América Latina.

Então, s.exa. talvez precise aumentar o grau da lente dos seus óculos para poder enxergar tudo de bom que foi feito neste país.

Para terminar, quero dizer que no dia 29/7/1999, segundo a *Folha de S.Paulo*, Fernando Henrique Cardoso determinou que o Exército enfrentasse os caminhoneiros que haviam paralisado as estradas. FHC, que é do seu partido, o PSDB, fez isso, deputado. Então, vamos ser coerentes.

Agora, ontem a presidente Dilma Rousseff foi culpada pela pirataria. Hoje, deputada Ana Paula Lima, a presidente...

(Manifestação pela ordem interrompida por término do tempo regimental.)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - O deputado Marcos Vieira não me concedeu um aparte. Por isso quero dizer-lhe que seu partido perdeu a eleição em 2002, em 2006 e mais duas. Assim, até se entende que ele tenha o direito de espernear e não enxergar os avanços que nosso país teve.

O preço do dólar aumentou, sim, um pouco, mas o salário teve uma valorização muito grande, deputado Marcos Vieira, e o trabalhador passou a ter condições de comprar um ar-condicionado, porque ele tem direito também; de comprar um carro, e estão aí os congestionamentos frequentes. O preço da gasolina está alto, mas não deixam de circular de carro neste estado e neste país. Nos supermercados, as pessoas continuam comprando. Nunca se valorizou tanto as pessoas e não sei por que s.exa. está tão raivoso e não quer fazer o bom debate.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DPEUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, quero registrar a presença do presidente do PSDB de Balneário Camboriú, Paulo Farias. Seja bem-vindo à nossa Casa.

Também quero dizer que ontem, logo após o pronunciamento do deputado Dirceu Dresch, usei a palavra pela ordem para fazer uma contestação referente a algo que o deputado havia dito. Em resposta o deputado afirmou que aquilo só poderia ser proferido em aparte e não pela ordem. Contudo, a deputada Luciane Carminatti acabou de utilizar o mesmo expediente, assim como a deputada Ana Paula Lima.

Eu acho que é assim mesmo que se tem que proceder. Aqui é a Casa do Povo, aqui é o Parlamento e muitas vezes você não pode pedir um aparte para não quebrar o raciocínio do orador que está na tribuna.

Por isso, acho que na reforma do Regimento Interno temos que fazer, deputado Dirceu Dresch, uma modificação, a fim de que se possa usar a palavra pela ordem para passar algumas mensagens também.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Deputado, eu justamente me inscrevi por isso. Vou ser justo aqui, porque acredito que esse microfone é de aparte. Então, concordo com v.exa. e precisamos mudar isso no Regimento Interno, para criarmos uma situação única e justa para todos. Esse é um tema que precisamos discutir, sr. presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - A título de informação aos nobres deputados, quero dizer que foi constituída uma comissão pela Presidência para analisar a reforma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Vou presidir esse grupo de trabalho, logicamente amparado por advogados que têm um vasto conhecimento de Regimento Interno. Depois que esse trabalho estiver concluído, talvez todas essas questões sejam contempladas.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, só quero fazer uma sugestão: que os líderes tenham acesso ao relatório do grupo de trabalho, antes que o projeto do novo Regimento seja trazido ao Plenário.

Como falou muito bem o deputado Leonel Pavan, esta é a Casa do Povo, é o Parlamento e nele se *parla*. Nós precisamos ter o direito de manifestar as diferentes posições e acho que esse tem que ser o enfoque da mudança do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Não vai acontecer absolutamente nada sem ouvirmos todos os líderes que compõem este Parlamento. Farão parte do grupo de trabalho os deputados Padre Pedro Baldissera, Marcos Vieira e este deputado, além de todo um aparato técnico que vai nos ajudar a dar nova redação ao nosso Regimento. Como disse, depois do trabalho pronto, os líderes terão acesso ao material, a fim de que se redija um Regimento Interno dentro de padrões que se adequem aos tempos em que vivemos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0590/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, às Indicações n.s: 0071/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0072/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; e 0076/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Esta Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s: 0096/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0097/2015 e 0098/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga.

Pedido de Informação n. 0038/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviado ao

secretário de Estado da Infraestrutura, solicitando esclarecimentos acerca da causa do atraso na conclusão das obras de pavimentação asfáltica da SC-446, que liga os municípios de Lauro Muller e Treviso, bem como quando serão reiniciados os respectivos trabalhos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0039/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando esclarecimentos acerca de quando será licitada a construção do Centro de Convenções e Eventos de Balneário Camboriú, o respectivo montante de recursos, bem como se haverá repasse da responsabilidade à prefeitura municipal daquele município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência suspende a presente sessão por dez minutos, atendendo requerimento da deputada Luciane Carminatti, para ouvirmos o presidente do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero parabenizar o sr. Mário Dalzotto pela sua exposição, pela seriedade com que o sindicato vem tratando esse tema e pelo papel que sempre cumpriu na empresa, como aconteceu em 1995, quando da greve que realizou a fim de não permitir a sua privatização.

Historicamente o que acontecia é que deixavam que a empresa ficasse sucateada, propiciavam que a sociedade discutisse a privatização, que depois acabava ocorrendo.

Então, quero parabenizar o sindicato que mais uma vez está presente nesse debate, justamente construindo com a sociedade um diferencial. É preciso, sim, avançar na apuração da corrupção, mas não se pode prejudicar a empresa e os trabalhadores. E na linha de debate da questão, há que pensar que quando se rompem os contratos com as empresas denunciadas, podem ser prejudicados milhões de trabalhadores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sras. e srs. parlamentares, sr. presidente, deputado Aldo Schneider, quero cumprimentar o sr. Mário Dalzotto, que fez uma bela explanação com relação à Petrobras. Quero dizer também que nós, do PSDB, não somos e nunca seremos contra o capital brasileiro e a Petrobras é uma empresa de capital nacional que deve ser preservada.

Porém, a jornalista Eliane Castanhêde - e quem sabe o deputado Dirceu Dresch pode ouvir-nos - afirmou que o governo federal está vendendo os ativos da empresa para amortizar a dívida e que a Petrobras é a empresa mais endividada do mundo. Essa afirmação consta de um artigo de autoria da jornalista Eliane Castanhêde, que escreve para a *Globo News* e para a *Folha de S. Paulo*. Ela fez uma análise, sr. presidente, dizendo que a Petrobras precisa, sim, ser salva por todos nós, mas que, infelizmente, ela está sendo encaminhada até para

a privatização porque seus ativos estão sendo vendidos pelo atual governo.

Mas hoje quero dizer que muitas vezes venho à tribuna para tecer críticas ao governador Raimundo Colombo. Entendo que aqui devo fazer críticas e as farei sem nenhum problema. Não farei críticas de ordem pessoal, mas construtivas. Criticarei o governo se ele deixar de fazer obras, se deixar de dar explicação à sociedade, quando anunciar algo e mudar o que foi anunciado. Estou aqui para cobrar, o Parlamento de Santa Catarina precisa ficar atento.

Srs. deputados, já disse que sempre que tiver oportunidade vou lembrar ao governador sobre o Centro de Eventos de Balneário Camboriú, que é uma obra do estado que eu licitei quando fui governador. Entretanto, já se passaram mais de quatro anos e a obra ainda não foi iniciada.

Recentemente tive uma boa conversa com o vice-governador Eduardo Pinho Moreira e comentamos como se deve proceder na construção dessa obra para evitar que ela seja prejudicada, pois o município empurra a responsabilidade da sua realização para o estado, o estado empurra para o município e nada acontece. Esta semana também conversei com o governador Raimundo Colombo sobre este assunto e ele me garantiu que a obra será feita pelo governo do estado. Eu disse ao governador que se a obra for para o município de Balneário Camboriú, como o prefeito quer, vai atrapalhar o seu início, porque se existem recursos do governo federal para a obra, recursos estes colocados à disposição do governo do estado, como os repassar para o município? O governo estadual teria que os devolver ao governo federal, a fim de que este os repassasse ao município novamente. E essa é uma coisa difícil de acontecer.

Outro problema é que não dá para ceder um terreno de uma companhia de economia mista para o município. Isso já foi debatido nesta Casa na Legislatura anterior. É preciso que façamos as coisas de forma legal para que as questões políticas não venham atrapalhar esse grande benefício para o estado de Santa Catarina.

Então, quero cumprimentar o governador, que me ouviu, o prefeito, os vereadores, a sociedade de Balneário Camboriú e o *trade* turístico. Parece que em uma reunião que ocorreu ontem, que contou com a participação do governador, do prefeito e do secretário Filipe Mello, ficou definido que no máximo em 45 ou 60 dias será dado início às obras.

Eu fico muito feliz porque eu licitei o projeto, coloquei à disposição do governo e parece que agora as coisas vão andar.

Sr. presidente, quero agora me referir a uma rodovia de grande importância para o município de Itajaí, que tem a maior economia do estado, com um PIB ultrapassando os R\$ 19 bilhões. Esse sucesso se deve, srs. deputados, à grande movimentação de exportação e importação através do porto, que é o segundo maior do país em cargas transportadas. Observem a importância desse porto.

Por isso, quero ressaltar a importância da via expressa portuária para a região, especialmente para o município de Itajaí, até em função da mobilidade urbana, uma vez que os caminhoneiros vêm encontrando grande dificuldade de transportar as cargas até aquele porto.

Contudo, até agora faltou vontade do governo federal para concluir a obra, somos obrigados a fazer este comentário.

Senão, vejamos. Em 2005, a prefeitura recebeu provisão de verba para a conclusão da primeira etapa. Em 2006, foi assinada a ordem de serviço para início das obras. Em 2009, foram feitas as desapropriações dos imóveis. Em 2010, o governo paralisou as obras. Em 2012, os 112 integrantes do Exército que lá estavam desmontaram o acampamento e abandonaram a obra. Em 2014, não foram totalmente efetuadas as devidas desapropriações e segundo informações documentadas, não deram continuidade por falta de verba do governo federal. Finalmente, em 2015, há uma promessa do DNIT para o recomeço das obras no segundo semestre.

Há dez anos a população de Itajaí espera por essa obra, mas, infelizmente, tem que conviver com um trânsito caótico, pois não foi construído

sequer um elevado na cidade, o que vem causando inúmeros prejuízos e colocando como refém toda a população, como também os caminhoneiros que precisam usar a rodovia para deixar no porto a carga que deve ser embarcada.

Não estamos aqui tecendo críticas irresponsáveis. As nossas críticas e a nossa preocupação, sr. presidente, se devem à falta de continuidade daquilo que vinha sendo feito. Começou com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, depois veio o ex-presidente Lula, que deu continuidade, mas a presidente Dilma Rousseff paralisou tudo! Ou o ex-presidente Lula planejou mal, executou mal ou a presidente Dilma Rousseff não tem vontade política para finalizar uma obra de grande importância para o desenvolvimento da região de Itajaí, de Santa Catarina e do Brasil,

Esperamos que essa obra aconteça. O Brasil precisa olhar mais para o nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, mais um dia 8 de março se aproxima, mais um dia não para festejar, mas para refletir.

Não poderia deixar esta data passar em branco, principalmente sem falar de um projeto de nossa autoria que tramitou nesta Casa, foi aprovado por unanimidade, mas que, infelizmente, foi vetado pelo governador, quem sabe até por falta de entendimento.

Muitos parlamentares desta Casa sempre falam em defesa da mulher e agora, quando da apreciação do veto do governador ao nosso projeto, veremos se falam assim apenas no discurso ou se agem coerentemente na prática.

Sr. parlamentares, em abril de 2013 apresentamos, depois de um amplo debate com um grupo de mulheres, o Projeto de Lei n. 0122, que objetivava criar uma política para o Sistema Integrado de Informações de Violência contra a

Mulher, o Observatório da Violência contra a Mulher em Santa Catarina.

Essa necessidade foi identificada, em 2012, pela a CPMI que investigou a implementação da Lei Maria da Penha no Brasil. Santa Catarina foi um dos estados onde essa CPMI promoveu um amplo debate. À época, foi solicitada ao governo do estado de Santa Catarina uma série de informações. Infelizmente, o estado não disponibilizou os dados solicitados, fato que motivou a intimação de dois secretários de estado para comparecerem perante a CPMI. Na verdade, o que ficou constatado é que o governo estadual não dispunha de quaisquer dados a respeito da incidência de violência contra a mulher em Santa Catarina.

Verificamos ainda, através de debates realizados juntamente com a bancada feminina desta Casa, que os equipamentos sociais previstos na Lei Maria da Penha, lei esta sancionada pelo presidente Lula, em 2006, ainda não haviam sido disponibilizados às mulheres vítimas de violência em nosso estado.

A Lei Maria da Penha diz, em seu art. 8º, o seguinte:

(Passa a ler.)

“Art 8º. A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação

periódica dos resultados das medidas adotadas; [...] [sic]"

Apesar de o governo do estado de Santa Catarina ter assinado, em 2010, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres para os municípios polo - Blumenau, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Palhoça e São José -, ainda não temos ações efetivas nesses municípios. Sequer há orçamento para implementação das ações. Lembrando que esse pacto assinado pelo governador do estado previa a efetivação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Diante de toda essa problemática identificada pela bancada feminina desta Casa, por um conjunto de organizações sociais, propusemos um projeto de lei, que cria o Observatório Social e que atende ao apelo dos movimentos sociais e de gestores públicos comprometidos com o enfrentamento da violência.

Por isso, o discurso tem que ser igual à prática e é por isso que faço um apelo aos colegas parlamentares, dizendo que vou reportar-me a esse assunto novamente, porque temos que derrubar o veto do governador.

Seria muito interessante que no mês em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher pudéssemos dar mais segurança, inibindo de uma vez por todas esse problema que afeta muitas mulheres em nosso estado.

Sabemos, através dos boletins de ocorrência da secretaria de Segurança Pública, que no primeiro semestre de 2014 foram registrados 1.330 estupros e que 13.018 mulheres procuraram a proteção do estado por se sentirem ameaçadas por seus parceiros, maridos, namorados, companheiros. Entretanto, não sabemos quantas mulheres não registraram nenhum BO porque têm medo, sentem-se desprotegidas.

Não temos estatísticas sobre essa questão, não temos atendimento hospitalar adequado, não temos casas abrigo implantadas, não há uma rede de proteção. Graças a Deus, esta semana o Congresso

aprovou um projeto que vem sendo debatido há muito tempo, deputada Luciane Carminatti, pela Bancada Feminina, através do qual se caracterizou que o feminicídio é um crime hediondo e que não dá mais para conviver com a morte de mulheres. A mulher não é propriedade do homem, não dá mais para aceitar a ideia da posse da mulher. É inadmissível uma situação como essa.

Então, diante da identificação do problema pela CPMI e pela bancada feminina desta Casa, que ouviu a comunidade, que ouviu os movimentos sociais, faço um apelo aos srs. deputados pela derrubada do veto do governador. Tenho certeza de que vou convencer as deputadas a derrubar o veto, porque debatemos esse tema durante muito tempo, falta convencer os srs. deputados.

Garantir a segurança da mulher é garantir a segurança da nossa sociedade. É ela que detém a vida e que precisa ser respeitada. Que no dia 8 de março as mulheres recebam mais do que flores. Toda mulher gosta de flores, mas gosta muito mais de respeito! O que é preciso para que o Dia da Mulher deixe de ser necessário? É preciso respeitá-la, é preciso garantir-lhe salário igual ao do homem, é preciso evitar que seja violentada, é preciso que sua condição física seja reconhecida, é preciso que seja ouvida por aqueles que detêm o poder.

Então, sr. presidente, quando tudo isso acontecer naturalmente, não mais será necessário existir o dia 8 de março, pois todos os dias serão dias de paz, dias de segurança. Também precisamos mencionar que diferenças existem, sim, entre homem e mulher, mas o respeito tem que ser igual para homem e para a mulher.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - V.Exa. tem razão, acho que a sociedade converge para tudo isso e certamente a bancada masculina desta Casa apoiará a bancada feminina de Santa Catarina e do Brasil.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, ontem o deputado Antônio Aguiar falou de uma verba destinada a saneamento em Canoinhas em torno de R\$ 20 milhões. Quero dizer que o governo federal entrou com 68% desses recursos, o governo do estado, com 32%, e a Casan executará a obra.

Então, quero deixar clara a grande participação do governo federal no projeto de saneamento em nosso estado, resolvendo uma questão tão crucial para a população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Inscrita a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, em função do dia 8 de março, o tema não poderia ser outro que não a mulher.

Nós confeccionamos uma cartilha que tenta dirimir as dúvidas que as mulheres têm no que se refere a direitos trabalhistas, previdenciários e políticos, além de questões concernentes à rede de atendimento e enfrentamento à violência doméstica instituída a partir da criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Trata-se de uma importante cartilha, que procura dar informações com relação à luta contra a discriminação de gênero.

Trabalhamos sempre com muitas mulheres e parece-nos que sempre temos que nos repetir, pois todos os anos falamos das mesmas coisas, o que passa a ideia de que as mudanças são muito lentas. E há retrocessos também, basta ver a manifestação do deputado federal Jair Bolsonaro, que ao pronunciar mais uma de suas pérolas disse que é justificável que as mulheres ganhem menos porque elas engravidam e deixam de trabalhar por um tempo, o que representa prejuízo para as empresas.

Olha, quando você tem um parlamentar com esse pensamento, pergunto-me se vale a pena continuar a luta. Por outro lado, há valorosos companheiros homens que nos ajudam na diminuição da violência.

A deputada Ana Paula Lima disse muito bem que temos avanços do ponto de vista das políticas públicas implantadas pelo governo federal através da SPM, que é uma novidade, mas a verdade é que em Santa Catarina as coisas andam a passos de tartaruga. O governo estadual é signatário do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica, mas aqui ele não saiu da gaveta - quem o assinou à época, inclusive, foi o governador em exercício Leonel Pavan, que hoje é nosso colega. O pacto pressupõe até o repasse de recursos federais para implementação de políticas de enfrentamento à violência.

O segundo aspecto que desejo abordar refere-se aos projetos que tramitam nesta Casa. A deputada Ana Paula Lima apresentou um projeto de lei que foi aprovado em plenário e que prevê a criação do Observatório da Mulher. Qual a importância disso? O fato é que para elaborarmos políticas públicas precisamos estudar, saber onde estamos pisando, levantar quais são os reais problemas. Pois esse Observatório da Mulher visa a desempenhar justamente essa tarefa, mas o governador vetou, impedindo a criação de um órgão que representaria um grande avanço.

Há um projeto de lei de nossa autoria, aprovado pela Casa, que prevê a criação de um programa específico de formação e qualificação para as mulheres pobres vítimas de violência. Quando a mulher sofre uma violência física ou psicológica e tem a coragem de fazer a denúncia, que é algo bem difícil, ela precisa de um programa que lhe permita qualificar-se para enfrentar o mercado de trabalho, saindo do círculo vicioso que representa a dependência financeira. Esse projeto também foi vetado pelo governador.

Esteve em discussão nesta Casa, no ano passado, um projeto no qual avançamos, mas depois foi arquivado. Ele previa a criação da Procuradoria da Mulher na Assembleia Legislativa. O Congresso Nacional já deu este passo, é uma deputada que a dirige e conta com uma assessoria jurídica. O que isso representa? Significa que aquela Casa passa a ser referência no acolhimento

de denúncias e na cobrança e fiscalização das políticas públicas da área.

Quero dizer que hoje fiquei muito feliz quando soube que o ministério da Justiça reforçou ações da Polícia Federal, criando um grupo interministerial para monitorar e mapear crimes contra os direitos humanos nas mídias sociais. A tarefa é receber e analisar as denúncias de páginas da internet que promovam o ódio e façam apologia à violência e à discriminação. Isso é muito bom, porque estamos perplexos com o que observamos nas redes sociais.

Recentemente, chegou até esta deputada uma propaganda com a foto de uma mulher branca, magra, loira e de outra gorda e negra. E o comentário do sujeito era: "O sonho e o pesadelo". Isso é abominável! Não podemos aceitar esse tipo de discriminação. Isso tem que ser considerado crime mesmo!

Nós, do Partido dos Trabalhadores, também já começamos a processar indivíduos que ficam chamando-nos de corruptos, de metralhas, de bandidos e de ladrões. Começamos a copiar tela e processar, porque o PT tem mais de dez milhões de filiados e não é justo que se faça isso com mulheres e com homens que ajudaram a construir cidadania, justiça e igualdade em cada município.

No caso da Petrobras existem muitos empresários corruptos presos, mas nem por isso nós dizemos, deputado Mario Marcondes, que todos são ladrões. Quando recebemos a denúncia da existência da máfia de branco em Santa Catarina, deputado Serafim Venzon, não saímos por aí afirmando que todos os médicos eram culpados.

Então, é preciso separar as coisas: quem apronta tem que ser punido, independentemente de classe, de setor, de categoria. Aprontou, passou a mão no dinheiro público, tem que ser punido. Agora, não posso aceitar, como mulher, como cidadã, que sejamos todos criminalizados. Isso é uma injustiça.

Da mesma forma que o ministério da Justiça criou esse grupo interministerial para analisar, denunciar e processar quem cometer infrações e

crimes nas redes sociais, nós também, em nome da nossa luta política, da luta das mulheres, faremos isso em todas as frentes.

Quero terminar a minha fala dizendo que domingo, dia 8 de março, é um dia especial, porque quando olhamos para trás percebemos que ao longo da nossa história foram muitas as conquistas. As mulheres são as que mais estão estudando, são as que mais estão qualificando-se. Hoje muitas mulheres são chefes de família e por isso o cartão do Bolsa Família fica com elas. Então, ela já conquistou muitas coisas, mas a luta contra a violência, contra a discriminação salarial, contra a discriminação de gênero ainda está no início. A mulher que sonha e luta por um país melhor para todos os brasileiros precisa ser respeitada. Que neste dia 8 de março, homens e mulheres possam juntos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, cumprimento especialmente as deputadas Luciane Carminatti e Ana Paula Lima, em nome de quem saúdo todas as mulheres, porque o dia 8 de março é dedicado à valorização do seu trabalho, como bem colocou a ilustre líder da bancada do PT nesta Casa.

É a mulher que participa diariamente de todas as ações sociais, do trabalho em casa, do trabalho fora; é ela que com sua bondade e moderação conduz a família à paz interna. Por isso, em nosso dia a dia, na hora de adotar políticas públicas, precisamos incorporar dentro das nossas ações esse sentimento feminino, o sentimento da partilha, da solidariedade e da justiça.

Parabéns a todas as mulheres!

Sr. presidente, quero rebater algumas colocações que foram feitas aqui. É que existe uma corrente que afirma que privatização é uma coisa

ruim. Segundo essa corrente, quando uma empresa pública, ela é de todos, como é a nossa casa, o nosso carro, uma propriedade que cada um tem. Passam a ideia de que a empresa estatal é de todos. Mas perguntamos: se é de todos, qual o benefício que produz para as pessoas?

Lembro-me muito do caso do Besc - Banco do Estado de Santa Catarina. Passavam para a opinião pública que caso ele fosse vendido, o cidadão catarinense deixaria ter um banco, como se o cidadão que trabalha e que tem que pagar o prejuízo de uma instituição financeira se sentisse dono de banco. Ele era dono do quê? Só do prejuízo, porque nunca se distribuiu qualquer coisa que fizesse bem a toda a sociedade. Os juros eram iguais aos de qualquer outro banco, quando não era até mais caro. As perdas eram muito maiores, porque na hora de fazer os contratos não eram observadas as exigências bancárias. Tanto é verdade que o Besc faliu. Por quê? Porque a dívida que o banco tinha era muito maior do que o seu patrimônio. Então, diziam que os catarinenses eram os donos daquele negócio e queriam convencer a todos que era bom ser dono de uma massa falida.

Quando Fernando Henrique foi presidente da República, eu era deputado federal e o que marcou o seu governo foram as mudanças levadas a efeito, dentro de um entendimento econômico completamente diferente. Por exemplo, o governo era dono da Telesc em Santa Catarina, uma propriedade dos catarinenses. Mas quem tinha telefone? Alguns poucos que pagavam fortunas. Esses eram os donos.

Com a Celesc era a mesma coisa. Toda a energia elétrica era produzida por empresas do estado. Mas o estado não tinha capacidade de investir porque os recursos arrecadados com o pagamento das contas não sei para onde iam. Não eram distribuídos para os catarinenses. Mas os catarinenses eram donos da Telesc, da Celesc, do Besc, todas empresas falidas. Ao final de cada ano o governo, para tapar o buraco, tinha que usar recursos do Tesouro do estado.

Durante o governo de Fernando Henrique foi aprovada um lei que permitiu que a geração de

energia fosse feita por empresas privadas. Porque até então todas as empresas de geração eram do poder público e todos os investimentos só podiam ser feitos por ele.

Com a Companhia Vale do Rio Doce, que hoje é uma das maiores mineradoras do mundo, foi a mesma coisa. Alguns diretores espertos, que ganhavam o que ganham hoje os diretores da Petrobras, ou mais, diziam que a companhia era dos brasileiros e não poderia ser vendida. O presidente FHC desencadeou o processo de privatização da empresa e ela foi vendida por uma mixaria: R\$ 3,4 milhões. Por quê? Porque quase ninguém queria comprá-la porque à época era um negócio que quase não dava lucro.

Agora um detalhe. Sabem v.exas. quanto a Vale do Rio Doce pagou só em impostos em 2014? Cerca de R\$ 14 bilhões! O que ela valia à época e que ninguém queria dar é o que ela paga hoje só em impostos! Então, a Vale do Rio Doce, que valia R\$ 3,4 milhões, hoje vale perto de US\$ 200 bilhões!

O governo federal aplica o dinheiro arrecadado dos impostos pagos pela Vale na saúde, na educação, em políticas sociais, enfim, em todas as ações próprias da administração pública.

Quando lembramos a história das privatizações, temos que pensar que o governo era dono de montanhas de coisas falidas, que periodicamente geravam prejuízos vultosos.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso recentemente escreveu um artigo enfatizando esse aspecto, ou seja, que se passava para a população a ideia de que a privatização era coisa de político neoliberal maldoso. Lula, quando assumiu o governo, manteve praticamente inalterada a política econômica do seu antecessor, no que fez muito bem, com exceção do processo de privatizações, que ele interrompeu para que ficasse na mente do povo brasileiro que privatização é uma coisa ruim.

Então, sr. presidente, é um erro defender que se mantenham públicas empresas que dão prejuízo. O governo tem que ser dono é da saúde, da educação, da segurança pública, da infraestrutura e do

entusiasmo e incentivo para que as pessoas empreendam. Cabe à iniciativa privada fazer o resto e pagar o devido imposto para que o poder público possa trabalhar e gerar benefícios a toda a população.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, eu anunciei ao longo desta semana que na próxima terça-feira daria meu parecer sobre a admissibilidade da Medida Provisória n. 0198, que trata dos ACTs.

Porém, hoje pela manhã, após um acordo de líderes firmado juntamente com o secretário da Casa Civil, dr. Nelson Serpa, entendemos que este não seria o momento oportuno para oferecimento do voto do relator. Com isso queremos propiciar uma melhor aproximação entre o Sinte e o governo do estado, para que discutam este que é um tema de relevância para os professores e também para os alunos de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Que bom, deputado Mauro de Nadal. Acho que é um bom encaminhamento e o governo do estado tem que se aproximar do Sinte e dos professores para que se consiga chegar a um denominador comum.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Quero parabenizar a deputada Luciane Carminatti pela inteligência do seu discurso sobre o Dia Internacional da Mulher. A mulher é importantíssima para a construção da maior célula social que existe, que é a família.

A sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero agradecer o envolvimento do deputado Mauro de Nadal, presidente da comissão de Constituição e Justiça, nas negociações sobre a MP n. 0198. Nós conversamos muito esta semana sobre isso e s.exa. demonstrou boa vontade. Eu acho que já é um avanço que na próxima terça-feira ainda não tenhamos o voto do relator.

Contudo, quero reforçar, deputado Mauro de Nadal, a importância de que o governo não faça isso na terça-feira e permita sempre que preceda o envio de medidas provisórias a devida negociação com o sindicato, a fim de que pelo diálogo se chegue ao consenso.

Então, quero agradecer o seu empenho, deputado Mauro de Nadal, e pedir-lhe para não avançar enquanto não houverem sido acordadas com o sindicato as questões sobre as quais há discordância.

Muito obrigada, sr. presidente.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Eu também quero agradecer ao deputado Mauro de Nadal por essa iniciativa inteligente.

Entretanto, gostaria de enfatizar o que já falei ontem: precisamos ampliar o debate não só com o sindicato, mas também com os demais professores do estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Antes de darmos continuidade à Explicação Pessoal, gostaríamos de registrar a presença dos vereadores Edson Speck, nosso colega e parceiro, de Osni Ocker, de Itapoá. Registramos ainda a presença do nosso querido amigo Toninho, suplente de vereador de São José, e dos meus conterrâneos de São João Batista, a terra do calçado, que não deixa Santa

Catarina e nem o Brasil descalço. Sejam todos muito bem-vindos a esta Casa!

Com a palavra, ainda em Explicação Pessoal, o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, quero saudar os meus amigos vereadores de Barra Bonita, no extremo oeste catarinense, que se encontram nesta Casa. Quero parabenizar todos os vereadores pelo Encontro Estadual de Vereadores, que está sendo realizado nesta Assembleia Legislativa.

A Uvesc - União dos Vereadores de Santa Catarina -, que tem uma participação importante na vida político-administrativa do estado, no atual momento político e econômico da nação é mais uma entidade que deve convergir, congregar, a fim de que o país saia do atoleiro em que se encontra.

Eu quero saudar também o vereador Eloi Rhoden, de Tunapólis, que esteve em nosso gabinete; o vereador Ernesto Avancini, de Presidente Getúlio; o vereador Jair José Schena, de Palmitos; o prefeito Ilton Pedro Vogt, de Iporã do Oeste; o meu amigo vereador Márcio Maximino Bortoloto e o vereador Genir Stasiak, de Descanso.

É importante a Uvesc fazer este debate com a sociedade no momento em que a classe política precisa firmar-se perante a opinião pública, precisa reciclar-se, precisa mudar, a fim de que tenhamos um país melhor.

Hoje estava lendo o comentário do jornalista Moacir Pereira sobre o encontro dos presidentes da OAB de todo o Brasil e acho que OAB está muito silente num momento em que a sociedade brasileira clama por posicionamentos fortes das suas entidades da sociedade civil organizada.

Parece que a OAB agora vai lançar um movimento, uma campanha para criminalizar o caixa dois e para que a lei anticorrupção seja aplicada, o que é muito bom. E lendo o comentário de Moacir Pereira, parei para pensar que a Associação Brasileira de Imprensa abriu sua sede para receber o ex-presidente Lula, que foi lá falar com o "exército" do Stédile. Isso é um absurdo, porque

quando se fala no Stédile, está-se falando em afronta à democracia, aos direitos, pois não é pela força que se resolvem as coisas num país democrático. Então, foi um péssimo exemplo a Associação Brasileira de Imprensa, que representa todo o nosso jornalismo, receber o ex-presidente Lula para falar sobre o Stédile. É lamentável!

A UNE - União Nacional de Estudantes -, que sempre foi firme no combate à corrupção, indo para as ruas protestar, agora está silente, está quieta. Infelizmente, como todas essas entidades recebem recursos do governo federal, apesar de o momento ser de mobilização contra a corrupção, indo para as ruas e posicionando-se pela moralidade pública, elas estão em silêncio. Inclusive a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -, que precisa manifestar-se, dar uma palavra de esperança para a sociedade.

Então, a sociedade se sente desassistida, pois entidades tradicionalmente combativas estão silentes, restando apenas o Ministério Público, que realmente vem tendo uma atuação destacada.

Acredito que a Uvesc, através do seu novo presidente, sr. Nine Scharnoski, que assumiu o cargo neste momento, deva fazer um movimento em Santa Catarina, para que os vereadores mostrem sua preocupação e seu empenho na busca de uma sociedade melhor, mais justa e mais igualitária.

Quero falar ainda sobre a questão do tempo para debater com o Sinte acerca do problema dos ACTs. A grande briga do sindicato é que os professores com maior tempo de serviço e melhor qualificação perderiam salário ao longo do tempo. Agora o governo buscou uma solução para atender esses professores. E eles, apesar de contentes, estão em silêncio. Mas é necessário encontrar uma forma de resolver isso, para que não haja prejuízo aos ACTs. Então, acho importante a Assembleia Legislativa busque uma forma de conciliar os interesses divergentes.

Para finalizar, quero falar sobre o Dia Internacional da Mulher e dizer que há muitas mulheres brilhantes, que sabem ter firmeza e força sem perder o encanto, sem perder a ternura.

Infelizmente, as duas mulheres mais em evidência neste país, neste momento, são a Lula e a Graça Foster, da Petrobras. Dois exemplos bem negativos.

Eu, quando trabalhei na Segurança Pública por mais de 30 anos, presenciei muitas vezes a dor das mães que tinham um filho preso, mas não esmoreciam e continuavam dando-lhe apoio. Eu já presenciei uma mãe, num pronto-socorro, numa emergência, com a sua força, dando apoio ao seu filho; já vi mães que levam droga para seus filhos na cadeia achando que com isso iriam salvá-los. Mães fazem coisas pelos seus filhos que somente os que amam como elas podem entender. Temos muitos exemplos de mulher para lembrar e o dia 8 de março é um dia importante para refletir sobre a importância da força feminina.

Haverá eleição na Associação dos Delegados de Polícia de Santa Catarina e fico feliz com a participação expressiva de mulheres também no segmento da segurança, no qual elas têm uma força muito grande.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Obrigado, deputado.

Esta Presidência gostaria de deixar registrada a realização do 5º Encontro Estadual de Vereadores, que iniciou ontem e irá até amanhã e que tem uma pauta extensa. Porque é muito importante que a sociedade comece a movimentar-se junto aos vereadores, para efetivamente contribuir com a democracia, a fim de que o nosso país volte a crescer e entre nos eixos.

Eu também gostaria, registra que o deputado Dirceu Dresch nos entregou de forma muito carinhosa a sementinha de uma rosa com uma frase muito bonita e que deve ser lida aqui: "Mulheres que semeiam a vida, guerreiras não se rendem diante dos desafios, buscam os seus direitos, conquistam o seu espaço, sua liderança, sua liberdade, mexem com a sociedade e fazem história".

Um feliz Dia Internacional da Mulher a todas as mulheres de Santa Catarina e do Brasil.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para amanhã, às 19h, em Araquari, com a entrega do título de Cidadão Catarinense ao sr. Gerald Degen, da BMW do Brasil.

Está encerrada a sessão.